

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Anaquely Rodrigues Pereira Lopes Pinto

Educação Infantil em tempos de pandemia: desafios para o processo de inclusão

Juiz de Fora
2023

Anaquely Rodrigues Pereira Lopes Pinto

Educação Infantil em tempos de pandemia: desafios para o processo de inclusão

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de educação da Universidade federal de Juiz de Fora, como requisito para aquisição de licenciatura em Pedagogia

Orientadora: Prof. Dr. Mylene Cristina Santiago

Juiz de Fora
2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pinto, Anaquely Rodrigues Pereira Lopes .
Educação Infantil em tempos de pandemia: desafios para o processo de inclusão / Anaquely Rodrigues Pereira Lopes Pinto. -- 2023.
20 p.

Orientadora: Mylene Cristina Santiago
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, 2023.

1. Educação Infantil. 2. Inclusão . 3. covid19. I. Santiago, Mylene Cristina, orient. II. Título.

Anaquely Rodrigues Pereira Lopes Pinto

Educação Infantil em tempos de pandemia: desafios para o processo de inclusão

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de educação da Universidade federal de Juiz de Fora, como requisito para aquisição de licenciatura em Pedagogia

Aprovada em 13 de julho de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mylene Cristina Santiago

Titulação Nome e Sobrenome - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Simoni Tedesco

Titulação Nome e Sobrenome

Instituição

RESUMO

O presente texto traz um panorama de como aconteceu a educação inclusiva em tempos de pandemia, devido a suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia da Covid19, iniciada em março de 2020. Foram inúmeros desafios e obstáculos enfrentados pelos professores que precisaram adaptar-se a em uma nova prática pedagógica, envolvendo uso educacional de tecnologias digitais, enquanto os alunos enfrentam a dificuldade em acessar conteúdos disponibilizados e manter sua continuidade de estudos, diante de um cenário educacional completamente novo de distanciamento social e mediado por telas. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico onde utilizei como aporte a literatura nacional acionando os trabalhos de Dias, Santos e Abreu (2021); Fachinetti, Spinazzola e Carneiro (2021); Lima (2022); Lioti e Stentzler (2021); Panta e Picada (2021); Silva, Bins e Rosek (2020). Essa pesquisa objetivou investigar como tem ocorrido a inclusão nos tempos de pandemia e como isso pode ter impactado o desenvolvimento dos alunos nos segmentos seguintes, já que foram quase dois anos de ensino remoto. Desta forma após a análise documental que apresentou como principais problemas as dificuldades de adaptação às tecnologias digitais, dificuldade de acesso à internet, a falta de ferramentas de uso digital como também a falta de um adulto que pudesse acompanhar o desenvolvimento das atividades, diante desses obstáculos enfrentados no período de suspensão das aulas presenciais concluo que houve uma grande defasagem no ensino aprendizagem.

Palavras-chave :Educação Infantil; Inclusão; Covid 19.

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO.....	7
2- EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: os desafios para mediar as interações e brincadeiras.....	10
3- RELATO de EXPERIÊNCIA: Desafios da educação infantil durante a pandemia.	12
4- O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO PÓS PANDEMIA: A transição da educação infantil para o ensino fundamental.	17
5-CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
6- REFERÊNCIAS	22

1- INTRODUÇÃO

A educação inclusiva sempre me despertou interesse, acredito que a maioria dos educadores encontram dificuldades para trabalhar com os conteúdos, que precisam ser flexibilizados para que todas as especificidades e individualidade desses estudantes sejam contempladas. Durante minha formação e nos estágios, pude observar e perceber que o aluno com deficiência, na maioria das vezes ficava no fundo da sala e não se tinha um olhar atento às suas necessidades. Apesar de ter seus direitos garantidos por Leis, o estudante com deficiência e suas famílias encontram dificuldades de acesso e permanência em classes regulares. Direitos esses que são garantidos através da Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/1996), Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13146/2015), entre outros decretos e documentos normativos.

Com a chegada do vírus da covid 19 no Brasil, muitos segmentos tiveram que adotar medidas de distanciamento social, o que gerou impactos significativos, principalmente nas populações mais vulneráveis. Entre esses segmentos a área da educação foi uma delas, para frear a disseminação do vírus as escolas tiveram a necessidade de suspender suas aulas presenciais e adotar medidas educacionais emergenciais para continuar fornecendo conteúdos pedagógicos aos estudantes.

Uma dessas medidas foi a adoção do ensino remoto que teve sua autorização através do parecer do Conselho Nacional da Educação (CNE) CP 05/2020, aprovado em 28 de abril de 2020, que autorizou a “Reorganização do Calendário Escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da covid 19”.

Diante desse cenário muitos desafios surgiram, como em especial o que eu venho tratar nesse texto: como viabilizar conteúdos educacionais aos alunos com deficiência? Sabemos que mesmo antes da pandemia as famílias já encontravam dificuldades para que seus filhos pudessem ter uma educação de qualidade em uma sala de aula inclusiva. De acordo com Silva:

As pessoas com deficiência padecem de uma vulnerabilidade que preexiste à quarentena. Em situações de crise como a que vivenciamos, ficam claras as condições precárias de políticas públicas de saúde e assistência social, de privação e exclusão que vivem as pessoas com deficiências e suas famílias, o que reforça uma condição

de ineficiência e de exclusão que é histórica. (SILVA; BINS; ROSEK 2020 pág.131).

Muitas crianças que, antes da pandemia, precisavam de um professor de apoio, encontravam dificuldade para conseguir. No período de suspensão das aulas presenciais e com a adoção do ensino emergencial remoto, muitos outros desafios foram surgindo, não somente para os alunos, como também para professores que tiveram que se reinventar, repensar e elaborar novas atividades educacionais compatíveis com o ensino remoto. Além do desafio de adaptação às novas tecnologias, os alunos e seus familiares enfrentaram muitas barreiras para se adaptarem ao novo ensino remoto, de modo a manter as atividades e a participação a distância.

Por esses motivos acredito ser importante desenvolver um estudo sobre a situação atípica vivenciada na educação durante o período de suspensão das aulas presenciais. Como os professores conseguiram continuar mediando o processo de ensino-aprendizagem? Quais os desafios enfrentados por alunos e familiares? Tais questões podem contribuir para a compreensão do ensino remoto emergencial voltado para educação especial e inclusiva.

Sabemos que a interação social é primordial para o desenvolvimento do ser humano e se isso não acontece pode haver prejuízos pedagógicos. Durante o período pandêmico e a suspensão das aulas presenciais que permaneceu no formato de ensino remoto por quase dois anos, fui surpreendida pelo relato de algumas professoras que diziam que não tinham acesso aos estudantes, em especial, aqueles com deficiência, pois muitos responsáveis não iam buscar os materiais pedagógicos que eram distribuídos nas escolas, ou não davam retorno das atividades. Por outro lado, o relato de uma mãe que dizia que a filha não tinha interesse em realizar as atividades e que encontrava muita dificuldade, pois ela (mãe) não sabia como ensinar.

Por isso, escolhi me dedicar a esse tema para elaborar meu estudo de conclusão de curso. Meus principais objetivos serão compreender como esse processo de ensino aconteceu durante o período de suspensão das aulas presenciais e como está acontecendo agora depois de retomarmos as aulas.

Nesse contexto de educação inclusiva, reconhecemos as dificuldades e obstáculos que esses alunos e seus familiares enfrentam para que possam ter um

ensino que se pautar na inclusão, por isso pretendo investigar como está sendo de fato a mediação de conhecimentos nesse momento em que vivenciamos.

A educação especial enfrenta diversas dificuldades e barreiras como escassez de recursos materiais, instrumentais, humanos, bem como, formação condizente para as mudanças necessárias envolvendo toda comunidade escolar, entre outros aspectos. Assim como as demais modalidades de ensino, teve de se adaptar e reinventar a forma de conceber o currículo proposto, vivenciando e experimentando práticas inovadoras, que para além dos desafios, evidenciaram um trabalho colaborativo entre escola e família, oportunizando a continuidade da educação inclusiva, mesmo diante da paralisação das atividades presenciais. (FACHINETT; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021, p. 152).

Trata-se de uma temática recente, pois nunca vivenciamos situações parecidas na atualidade e ao dialogar com algumas amigas da área da educação e também ter relatos de familiares que necessitam de uma educação na perspectiva inclusiva, percebi a necessidade de aprofundar mais sobre o assunto, buscar informações que pudessem auxiliar, na construção de um planejamento que atendesse as necessidades desse alunado. Sendo assim, meu estudo terá sua fundamentação em aspectos tanto do ponto de vista dos professores, quanto do alunado, para que a partir daí se possa pensar novas formas de construir o ensino remoto emergencial dentro de uma perspectiva inclusiva.

Acreditamos que vários são os desafios no atual momento de distanciamento social, mas entendemos que podem ser superáveis, é uma questão de querer pensar, construir, colocar em prática situações que promovam trocas, presença e convivência virtuais. Buscar metodologias interativas voltadas para as necessidades de cada aluno é um exercício neste momento. (SILVA; BINS; ROSEK 2020 pág.133).

Sendo assim, esse texto foi desenvolvido em três etapas: a primeira voltada para a discussão da Educação Infantil em tempos de pandemia: os desafios para mediar as interações e brincadeiras; a segunda, apresento um relato de experiência sobre as vivências da Educação Infantil durante a pandemia e, por fim, busco discutir o processo de alfabetização pós pandemia, na tentativa de compreender a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS DESAFIOS PARA MEDIAR AS INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS

Nesta seção iremos tratar da educação infantil, sabemos da importância da interação das crianças com seus pares e com a chegada do vírus da covid 19, em meados do mês de março de 2020 algumas medidas foram adotadas, entre elas a suspensão das aulas presenciais na intenção de diminuir o contágio pelo vírus, ocasionando uma interrupção no processo de socialização que a escola propõe. Desta forma, acredito que muitos alunos principalmente as crianças que necessitam de apoio ou atendimento educacional especializado tiveram sua aprendizagem comprometida.

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os **eixos estruturantes das práticas pedagógicas** dessa etapa da Educação Básica são as **interações** e a **brincadeira**, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. (BNCC, 2018, p.37.)

Sendo assim, diante desse pressuposto de interações e brincadeiras como elementos primordiais no desenvolvimento das crianças, vivenciamos a contradição de as aulas serem ministradas através de meios digitais ou somente através da entrega dos materiais impressos, impossibilitando que as crianças tivessem contato direto com outras crianças ou docentes, tendo o ambiente familiar como seu único meio de interação o que pode ser um agravante para esse desenvolvimento.

Sem elencar os problemas que certamente muitas famílias enfrentam como a falta de acesso à internet ou internet limitada onde os dados móveis acabam muito rápido impossibilitando o estudante de ter acesso aos conteúdos digitais, falta de equipamentos tecnológicos, como computadores ou até mesmo falta de tempo para se dedicar à educação dos filhos, pois muitas famílias principalmente as mais pobres tiveram que continuar trabalhando para ter o seu sustento.

De acordo com Dias (2021), apesar da MP (Medida Provisória) nº 934/20 não abordar o trabalho remoto para a educação infantil, muitas instituições privadas adotaram essa abordagem do ensino a distância, segundo a autora um dos motivos

poderia ser para assegurar o recebimento das mensalidades. De acordo com a autora essas atividades remotas não são compatíveis para o processo educativo não presencial.

Na área da educação infantil, a continuidade do trabalho docente por meio de atividades não presenciais causou um cenário de múltiplas inquietações, isto porque o objetivo da educação infantil, qual seja, o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos, pauta-se em dimensões éticas, estéticas e políticas que devem ser desenvolvidas por meio de interações e brincadeiras (BRASIL, DCNEI, 2009) sendo, portanto, incompatível com um processo educativo não presencial. (DIAS, 2021, p. 106).

Ainda de acordo com a autora muitos movimentos e debates foram travados e as atividades não presenciais foram regulamentadas também para a educação infantil. Pensar e trabalhar para uma educação inclusiva já requer desafios em tempos normais, seja pela formação profissional ou pela dificuldade de acessibilidade, infraestrutura ou por percalços que encontramos pelo caminho, então pensar isso nessa situação de pandemia requer adaptar-se a outras dificuldades e desafios que o ensino a distância nos trouxe, ainda mais se tratando dessa etapa que é a educação infantil onde a interação com os pares é parte primordial para esse desenvolvimento.

Como planejar uma atividade que exige certas especificidades, sendo que o mediador não é o professor e sim um familiar ou responsável por aquele aluno, será que o aluno conseguirá se desenvolver da mesma forma? São incertezas e inquietações que os profissionais da educação trazem consigo.

Muitos desafios foram impostos por esse momento em que vivenciamos novas formas de se planejar o currículo e o ensino remoto para que de fato pudesse incluir todos sem que ninguém fosse impedido de ter acesso a uma educação de qualidade.

Para Dias (2021) que nos apresenta a educação inclusiva na etapa da educação infantil sob o olhar de um aluno com TEA (Transtorno do espectro autista) é necessário que a escola trabalhe em parceria com as famílias para que assim possam minimizar os impactos negativos no desenvolvimento integral dos alunos.

A interação instituição educativa/família, pode refletir qualitativamente na formação integral da criança com TEA. É importante que os professores da educação infantil, os profissionais do Atendimento Educacional Especializado e as famílias estejam abertos e dispostos a realizar a escuta e acolhida dos desejos, das intenções e interpretar

as expressões, os sentimentos, as diferentes formas de ação e comunicação das crianças com TEA. O apoio e a cooperação contínua da família para que junto com as creches e pré-escolas possam estabelecer estratégias que favoreçam o processo de desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças, são imprescindíveis neste momento de pandemia. (DIAS, 2021, p.119)

Tendo em vista que são muitas questões a serem contempladas, buscamos estratégias pedagógicas como: fazer trocas entre a escola com as famílias para diminuir os impactos que foram causados pela suspensão das aulas presenciais. Não tem uma forma correta para idealizar esse ensino, mas sabemos que um olhar atento às especificidades desses alunos, pode contribuir de forma muito significativa para o desenvolvimento integral dos estudantes. Como podemos verificar nos artigos referenciados, a maioria das escolas e famílias encontraram dificuldade para a continuidade das atividades, o que corrobora com as impressões e relatos dos quais foram percebidos na realização dos meus estágios, e durante a minha experiência profissional.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA

Considerando minha experiência em sala de aula, tenho vivenciado muitos desafios para desenvolver um bom trabalho com o processo de inclusão de alunos com deficiência, sempre trabalhei com a etapa de educação infantil, em uma escola da rede privada localizada no bairro da zona sul de Juiz de Fora, atendendo crianças de classe média. Posso dizer que o processo de inclusão não é um trabalho fácil, pois nossa formação inicial não oferece condições efetivas de conhecimento para entender e significar nossas ações

Diante desse cenário de suspensão das aulas presenciais e substituição pelo ensino remoto, fato que tornou esse trabalho ainda mais complexo, pois tudo foi muito novo, inicialmente ficamos sem saber como dar continuidade, apesar de reconhecer a necessidade de se adaptar a esse novo formato de ensino.

A princípio pensamos que essa interrupção das aulas seria somente por alguns dias, em consenso com nossa equipe escolar decidimos elaborar um planejamento inicial para manter um contato com os alunos e família, que foi iniciado muito

rapidamente, dias depois dessa suspensão. Tal planejamento oferecia propostas de atividades diárias com envio pelo aplicativo de WhatsApp.

Nossa busca por orientações e informações de como seria essa mediação, e como daremos continuidade ao nosso planejamento era incansável. Não tivemos suporte dos órgãos competentes que poderiam nos nortear nesse momento de inquietações, sendo assim nossa alternativa foi trabalhar de forma colaborativa, partindo da organização de um grupo de WhatsApp de professores e diretores de escolas particulares de educação infantil, onde fomos trocando ideias e informações, para que juntos pudéssemos adaptar nossas atividades pedagógicas para a modalidade de ensino remoto.

Minha inquietação nesse momento de suspensão das aulas presenciais, foi de encontro à concepção de alguns autores, no que se refere à falta de apoio dos órgãos competentes, como podemos perceber na citação que segue:

No âmbito da educação especial, o planejamento das atividades escolares remotas foi desenhado sem amparo do governo, a partir de um processo coletivo, envolvendo comunidades escolares, instituições e organizações, universidades, movimentos sociais e de indivíduos, tanto que esse coletivo impulsionou as *lives* do período. Os saberes, práticas e materiais foram compartilhados a serviço da democratização do acesso à educação, muitos processos de tentativa e erro foram necessários, para que os alunos permanecessem com atividades de ensino aprendizagem durante o isolamento, equacionando assim os problemas causados na educação pela pandemia. (FACHINETTI; SPINAZOLA.; CARNEIRO, 2021, p.155).

Com essa cooperação coletiva e com a necessidade de iniciar um contato mais direto com nossos alunos, adaptamos os encontros diários via *google meet* e demos início as nossas aulas *online sincronicas*. A partir de então, percebi as barreiras desse formato de ensino frente aos alunos da educação especial, que muitas vezes eram impedidos de participar ativamente da nossa proposta de ensino. Algumas vezes conseguimos que os alunos com deficiência participassem por um curto período da aula, para que vissem o professor e os coleguinhas da turma, mas não permaneciam por muito tempo e muito menos desenvolviam as atividades propostas.

No decorrer do ano de 2020 os familiares dos alunos da Educação Infantil, que não tinham obrigatoriedade em frequentar a escola, foram cancelando sua matrícula. Muitos daqueles que já tinham 4 anos, que de acordo com a LEI nº 12.796 de 04 de

abril de 2013, estabelece a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, apresentavam dificuldade de acesso às aulas via *google Meet*, seja por dificuldades de acesso tecnológicos ou de adaptação.

Minha percepção nesse momento foi de encontro as autoras Panta; Picada; Pavão (2021) as quais relatam muitas dificuldades e barreiras no atendimento aos alunos da educação especial na pandemia, sejam por motivos de adaptação das atividades, falta de acesso aos estudantes, ou mesmo a dificuldade das famílias no auxílio aos estudantes.

Outra questão que compromete esse desenvolvimento dos alunos da Educação Infantil de acordo com Lioti e Stentzler (2021) é que mesmo com a orientação aos pais e responsáveis para a continuidade da realização das atividades com o compartilhamento junto aos professores feito pelo aplicativo *WhatsApp*, através de fotografias das crianças realizando as mesmas, ou devolução das atividades, ainda assim, encontravam resistência dos pais ou responsáveis uma vez que, nem todos enviavam as fotografias corroborando com os fatos relatados aqui. Com base nessas informações acredito que os alunos público da educação especial não foram contemplados com esse formato e que as atividades que eram enviadas para casa que necessitavam do apoio da família também não foram completamente concluídas, como foi constatado em relatos aqui apresentados e a não devolutiva.

No ano de 2021 quando o retorno presencial ainda era uma incógnita, a frequência diminuiu, nos fazendo acreditar que houve uma migração das escolas particulares para a pública. Para corroborar com essa informação podemos comparar os dados fornecidos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), capítulo referente à Educação Infantil.

Gráfico 1 - Evolução do número de matrículas na Educação Infantil no período de 2018 a 2022.

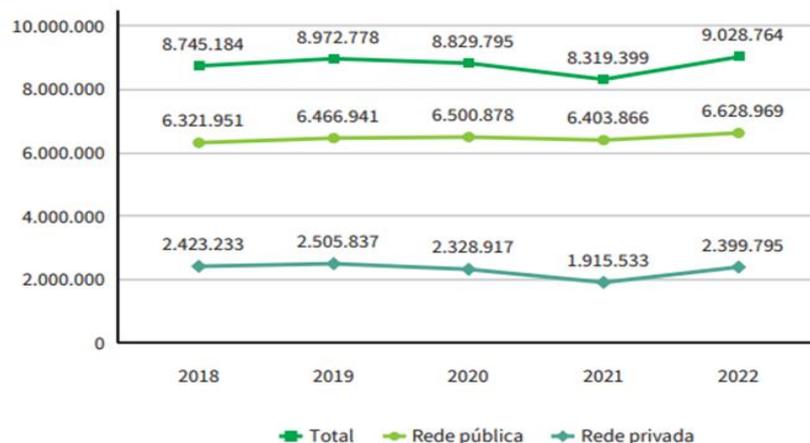


GRÁFICO 6

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A REDE DE ENSINO - BRASIL - 2018-2022

nte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Fonte: INEP, 2022.

O gráfico 1 apresenta a evolução das matrículas referente à Educação Infantil no período de 2018 a 2022, onde fica evidente que houve uma queda significativa das matrículas da rede privada, onde respectivamente somavam 2.505,837 matrículas em 2019, chegando a 1.915.533 em 2021. Essa queda também pode ser percebida em relação à rede pública no ano 2021 embora não na mesma proporção.

Gráfico 2 - Percentual de matrículas na Educação Infantil no período de 2018 a 2022.

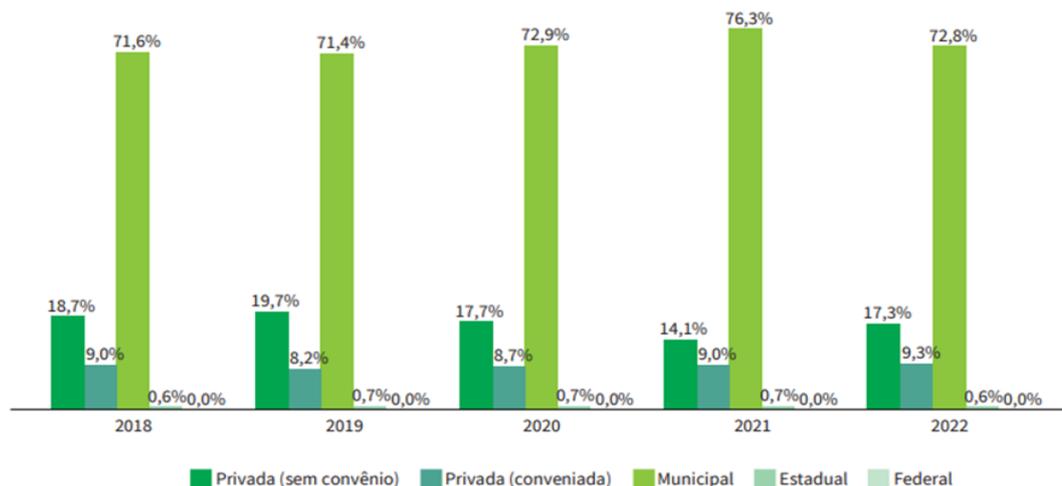


GRÁFICO 7

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2018-2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Fonte: INEP, 2022.

No gráfico 2, pode observar que houve uma queda significativa de matrículas entre os anos de 2019 e 2021, em 2019 tínhamos 19,7% de alunos na rede privada, em 2020 esse percentual caiu para 17,7% e em 2021 essa queda foi mais significativa, apresentando 14,1 % das matrículas da educação infantil na rede privada de ensino, o que contribui para as impressões que obtive durante o período que relatei que coincide com a suspensão das aulas presenciais. Em 2022 podemos perceber que o número de matrículas volta a ter um crescimento.

Sendo assim acredito que houve uma grande defasagem de aprendizagem e desenvolvimento, em especial para esse alunado que em muitas vezes precisa de uma equipe multidisciplinar que o acompanham, e nesse momento de interrupção das atividades presenciais acometeu outros segmentos também como os atendimentos psicológicos, fonoaudiológicos e terapias.

Diante dos impasses para incluir os alunos com deficiência durante o ensino remoto, considero que houve grandes prejuízos ao desenvolvimento dos estudantes, em termos de socialização, interação e brincadeiras que fazem parte do processo de desenvolvimento da fase da educação infantil, particularmente os alunos com deficiência.

Dessa forma, acredito ser imprescindível o trabalho conjunto escola /família, para que juntos possam dar o suporte necessário ao estudante. Destaco também, a

necessidade de um olhar atento do educador, para que possa perceber as necessidades das crianças com especificidades de participação e aprendizagem, de modo a possibilitar atividades atraentes e lúdicas que contemplem o ensino aprendizagem, contribuindo para a aquisição de conhecimentos que favoreçam o desenvolvimento e a autonomia de forma constante.

4 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO PÓS PANDEMIA: A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental nem sempre acontece naturalmente, muitos alunos necessitam de um tempo maior para se adaptar às novas configurações que o Ensino Fundamental estabelece. Na Educação Infantil eles têm a possibilidade de brincadeiras e interações onde podem expressar e criar seus personagens, as atividades são aplicadas de maneira lúdica proporcionando ao aluno uma atividade mais prazerosa. O Ensino Fundamental já vem com propostas mais acentuadas no que diz respeito às interações e brincadeiras, o compromisso principalmente com a alfabetização faz com que essas atividades se tornem menos atrativas o que repercute no desenvolvimento dos alunos.

Pude observar durante a realização do estágio que aconteceu no primeiro semestre de 2022, logo após o retorno das aulas presenciais, como também através do relato da professora que eu observava, que muitos alunos estavam com dificuldade em desenvolver atividades simples como pegar corretamente no lápis e de interação com os colegas. De acordo com a professora, isso seria reflexo da pandemia, já que eles não tinham feito a Educação Infantil de forma presencial. Naquela turma tinham 25 alunos e a maioria apresentava algum tipo de dificuldade.

Um fato que me chamou bastante a atenção é que as crianças não tinham esse tempo de brincar, suas atividades eram contínuas e era utilizado muita cópia do quadro e atividades impressas não sobrando tempo para atividades lúdicas. Durante as aulas que eu acompanhei as crianças em nenhum momento foram ao parque, pois segundo a professora sempre que iam alguém se machucava, então para evitar problemas preferia não ir.

O processo de alfabetizar não é uma tarefa fácil atualmente no Brasil, pois o fato de muitas crianças não terem tido acesso à Educação Infantil presencialmente durante o período pandêmico, fez com que elas perdessem a oportunidade de

vivenciar experiências, que de certa forma contribuem para a apropriação de conhecimentos que antecedem a alfabetização, mas fazem parte das primeiras etapas. Partindo de uma concepção de que cada criança se apropria do sistema de escrita alfabética (SEA) em diferentes momentos, pensar esse processo diante dos desafios e dificuldades impostas pela suspensão das aulas presenciais se torna ainda mais desafiador.

O Plano Nacional de Educação (2011-2020) PNE indica em sua Meta 5 “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.” mas de acordo com uma coordenadora de uma escola do nosso município Eliani Siqueira Santos, em entrevista concedida ao Jornal Tribuna de Minas, em 04/12/2022, em que aponta os reflexos na sala de aula depois de tanto tempo a distanciamento social. Aponta que:

“no âmbito da alfabetização o uso das máscaras foi um entrave para o ensino. Além da barreira física da máscara, barreiras psicoemocionais também surgiram, como a falta de habilidades de comunicação e compreensão. Nas turmas de terceiro e quartos anos, estamos encontrando muitas dificuldades com relação ao processo de alfabetização, pois estes alunos só tiveram acesso ao ensino remoto. (JORNAL TRIBUNA DE MINAS, 04/12/2022)

No contexto educacional ficou notório que os impactos desse ensino emergencial que se deu de muitas formas, acabou acarretando diversas consequências para a continuidade do ensino, pois não foi possível acessar todos os estudantes. Na Educação Infantil um dos maiores problemas foi a questão da dificuldade de acesso à internet ou a ferramentas necessárias para o acesso como computadores, smartphones, tablet e até mesmo dados de internet móvel insuficiente para isso.

Outro fator muito relevante é que o processo de ensino muitas vezes precisa de um profissional especializado para mediação, ainda mais se tratando de um processo de alfabetização que requer paciência, conhecimento e dedicação para que o estudante consiga assimilar e se apropriar desses conhecimentos. Para corroborar com esse entendimento Lima aponta:

A relação entre a criança e um alfabetizador muito dificilmente pode ser substituída por um adulto não formado para essa ação educativa, pois as relações sociais da criança formulam o funcionamento da língua falada e escrita. (LIMA, 2022, p.2)

Segundo os dados fornecidos pela organização Todos pela Educação com base na pesquisa realizada pelo IBGE, os impactos foram bem significativos tornando as consequências da pandemia Covid19 sobre a educação um agravante para o desenvolvimento das nossas crianças, e deixa claro que os mais vulneráveis são os mais atingidos como apresentados nos dados a seguir.

Entre 2019 e 2021, houve um aumento de 66,3% no número de crianças de 6 e 7 anos de idade que, segundo seus responsáveis, não sabiam ler e escrever. Eram 1,4 milhão de crianças nessa situação em 2019 e 2,4 milhões em 2021. Em termos relativos, o percentual de crianças de 6 e 7 anos que, segundo seus responsáveis, não sabiam ler e escrever foi de 25,1% em 2019 para 40,8% em 2021. Esse impacto reforçou a diferença entre crianças brancas e crianças pretas e pardas. Os percentuais de crianças pretas e pardas de 6 e 7 anos de idade que não sabiam ler e escrever chegaram a 47,4% e 44,5% em 2021, sendo que, em 2019, eram de 28,8% e 28,2%. Entre as crianças brancas, o percentual passou de 20,3% para 35,1% no mesmo período. Também é possível visualizar uma diferença relevante entre as crianças residentes dos domicílios mais ricos e mais pobres do país. Dentre as crianças mais pobres, o percentual das que não sabiam ler e escrever aumentou de 33,6% para 51,0% entre 2019 e 2021. Dentre as crianças mais ricas, por outro lado, o aumento foi de 11,4% para 16,6%. (TODOS PELA EDUCAÇÃO).

Os dados levantados não mencionam os alunos público da educação especial o que é um dado preocupante, mais uma vez esses alunos são invisibilizados pela sociedade e por políticas públicas evidenciando a exclusão de direitos e as desigualdades educacionais. De acordo com Silva:

O público alvo da Educação Especial está, novamente, invisível nas políticas públicas, decretos e decisões criadas pela Pandemia, generalizam-se as condições humanas, deixando as pessoas com deficiência à margem das decisões e processos, sem que seus direitos, suas necessidades e particularidades sejam reconhecidas e contempladas. Contudo, o discurso político-educacional considera que todos se encontram nas mesmas condições. (SILVA, BINS;ROSEK 2020. p.132).

Para buscar superar as dificuldades que é comum em tantos outros espaços educacionais podem ser utilizadas estratégias, tais como: de diagnósticos de aprendizagem, aulas de reforço, reorganização do currículo, flexibilização curricular individual frente às dificuldades daquele aluno, para que assim possam suprir as lacunas deixadas pelo período de suspensão das aulas presenciais e ensino remoto.

Segundo a professora do departamento de educação da UFJF e líder do grupo de estudos e pesquisa Alfabetize Luciane Manera Magalhães e o professor pesquisador Fernando Tavares, em entrevista concedida ao Jornal Tribuna de Minas, em 06/03/2022, é essencial que nesse retorno às aulas, seja feito um diagnóstico de conhecimento das turmas para ver em qual estágio cada criança está no seu processo de desenvolvimento. Nas palavras de Magalhães (2022) “Não adianta somente avançar na escolaridade, preciso saber ler, escrever, compreender, interpretar, usar a cultura escrita na escola e na vida”.

A professora e pesquisadora citada acima ministra um curso de oficina de alfabetização e letramento que reúne estudantes do curso de pedagogia e professores da rede municipal de ensino onde ensina a confeccionar materiais pedagógicos que podem ser utilizados para se trabalhar e fazer com que a criança avance no processo de alfabetização e letramento. Esses materiais certamente poderão servir de apoio e estratégia de ensino para alfabetizar as crianças que nesse momento pós pandemia ainda encontram dificuldade no processo ensino aprendizagem. De acordo com Lima:

Preparar o ambiente escolar em alfabetizador é uma tarefa emergente de qualquer unidade de ensino que possui uma intencionalidade pedagógica clara. E que aliado a um conjunto de práticas pedagógicas, principalmente com a utilização dos jogos, que faz parte de um dos campos de interesse da criança, contribuirá para uma aprendizagem significativa. (LIMA, 2022, p. 5)

Diante desse cenário é importante o papel do professor uma vez que ele é o mediador desse processo e está mais implicado a desenvolver ferramentas e estratégias que beneficiam os estudantes de modo direto, infelizmente sabemos que as políticas públicas são falhas e precárias. Não tenho a intenção, de forma alguma, de chamar a responsabilidade para os professores, mas sabemos que o seu papel é fundamental na vida dos estudantes, sendo assim ele pode tentar minimizar os prejuízos educacionais e evitar frustrações aos estudantes por não conseguirem se alfabetizar na idade certa ou “idealizada”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto fica evidenciado as implicações trazidas pela pandemia, no contexto educacional, com as novas formas de ensino demonstrando o quão precário foi o ensino em todos os segmentos durante esse período. Foram inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação que de repente tiveram que se reinventar e pensar em novas práticas pedagógicas que atendessem as necessidades dos estudantes, frente a tantas incertezas e inquietações que o novo modelo de ensino impunha.

Sem elencar as pressões psicológicas que os professores também enfrentavam como seres humanos diante de uma pandemia que tirou milhares de vidas e trouxe muitas consequências para a saúde, economia, educação e também ao social pois tivemos que nos isolar da convivência com pessoas próximas e o medo e a insegurança tomou conta.

Para além dessas implicações, muitos tiveram que ressignificar sua prática docente e aprender a utilizar as plataformas de ensino, editar vídeos, investir em equipamentos mais compatíveis com os programas de ensino para as aulas. Além disso, a sobrecarga de trabalho foi muito grande e mesmo diante de todos esses percalços o professor seguia preocupado com o bem-estar de seus alunos e com o processo de ensino aprendizagem.

Os estudantes também enfrentaram inúmeros desafios, uma vez que o acesso aos materiais e aulas não era possível para todos, o que significa que muitos estudantes ficaram com seu processo de ensino aprendizagem comprometidos, isso devido a muitas situações que podemos verificar nesse texto, tais como a falta de acesso à internet e ferramentas de uso para os meios digitais foram uma das maiores dificuldades, bem como a falta de um adulto ou responsável que pudesse auxiliar nesse processo.

Não podemos deixar de citar também a falta de políticas públicas que pudessem sanar algumas dificuldades como o acesso à internet para pessoas com mais vulnerabilidade social ou mesmo propostas mais efetivas para que todos tivessem direito a educação com qualidade, pois diante do que vimos, as pessoas com classe social mais baixa foram os maiores prejudicados em relação a proposta de ensino.

A questão da educação especial foi a mais comprometida diante das dificuldades impostas pela a pandemia, pois não foram elaboradas políticas públicas que favorecessem esses alunos que ficaram sem assistência ou com a mesma limitada em todos os segmentos, as atividades no formato de ensino remoto não contemplavam esses alunos, que por causa de suas necessidade e especificidades particulares, as aulas online e a dinâmica das aulas não conseguiam a participação efetiva deles então o que pude perceber é que mais uma vez a política de inclusão é falha em muitos aspectos, uma vez que o atendimento educacional especializado não conseguiu suprir as necessidades e especificidades que os alunos da educação especial precisa.

Diante do exposto acredito que houve uma grande defasagem no ensino durante esse período e que é preciso repensar, reorganizar e criar estratégias e políticas públicas que ajudem nesse processo de viabilizar o ensino com mais qualidade sanando os déficits que o ensino durante o período pandêmico causou.

Referências:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: Resumo Técnico. Brasília, 2023.

BRASIL. **Lei 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF

BRASIL. **Lei n. 13.146**, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivel_03_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. acesso em 19/06/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.”

BRASIL. **Todos pela Educação**. Nota técnica: Impactos da pandemia na alfabetização de crianças, 2021.

DIAS, A. A; SANTOS, I; DE ABREU, A. R. P; **Crianças com transtorno do espectro autista em tempos de pandemia**: contextos de inclusão/exclusão na educação infantil. **Zero-a-seis**, v. 23, p. 101-124, 2021.

FACHINETTI, T. A.; SPINAZOLA, C. de C.; CARNEIRO, R. U. C. **Educação inclusiva no contexto da pandemia:** relato dos desafios, experiências e expectativas. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 151–166, 2021. DOI: 10.36311/2236-5192.2021.v22n1.p151. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/10992>.

LAPA, L. **Crianças sofrem reflexos da pandemia na alfabetização.** Tribuna de Minas, MG. Notícias/ cidade edição de 04/12/2022 disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/04-12-2022/criancas-sofrem-reflexos-da-pandemia-na-alfabetizacao>. acesso em 19/06/2023.

LIMA, W. K. dos S. S; et al. **Desafios da alfabetização pós pandemia:** retratos de duas experiencias em uma escola da rede municipal de Rondonópolis. MT.2022

LIOTI, C. S; STENTZLER, M.M. **A Educação Infantil e a pandemia da covid 19:** entre o cotidiano de uma pré escola e as famílias dos estudantes. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 61, p. 75-89, 2021.

PANTA, B. G. Z; PICADA, Â. B. N; PAVÃO, de O.S.M. **Encontro de possibilidades do ensino remoto emergencial no atendimento educacional especializado.** **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 61, p. 90-103, 2021.

SILVA, K. W. da; BINS, K. L. G.; ROZEK, M. **A educação especial e a covid19:** aprendizagens em tempos de isolamento social. *Interfaces Científicas - Educação*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 124–136, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p124-136. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8914>. Acesso em: 19 abr. 2023.

ZANETTI, N. **Reflexos da pandemia:** Suspensão das aulas presenciais compromete alfabetização. Notícias/ cidade edição em 06/03/2023. disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/06-03-2022/reflexos-da-pandemia-suspensao-de-aulas-presenciais-compromete-alfabetizacao>. acesso em 19/06/2023